



Ministério da Educação (MEC)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Diretoria de Avaliação (DAV)
31.csa1@capes.gov.br

Documento de Área

Área 31:

Comunicação e Informação

Coordenador da Área: Edson Fernando D'Almonte
Coordenador Adjunto de Programas Acadêmicos: Fabio Assis Pinho
Coordenador Adjunto de Programas Profissionais: Jonathas Luiz Carvalho Silva

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO DA ARTE DA ÁREA.....	03
1.1 Tendências, Apreciações, Orientações.....	03
1.2 Diagnóstico da Área	03
1.3 A Interdisciplinaridade na Área	10
2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O FUTURO DA ÁREA.....	11
2.1 Inovações, Transformações e Propostas	11
2.2 Planejamento dos PPGs da área no contexto das instituições de ensino superior	11
2.3 Adoção da autoavaliação como parte da avaliação dos PPGs.....	12
2.4 Perspectivas de Impacto dos PPGs da Área na Sociedade	13
2.5 Perspectivas do Processo de Internacionalização dos PPGs	13
2.6 Perspectivas de Redução de Assimetrias Regionais e Intrarregionais	14
2.7 Visão da Área sobre Fusão, desmembramento e Migração de PPGs.....	15
2.8 Visão da Área sobre a Modalidade a Distância	16
2.9 Visão da Área sobre a Modalidade Profissional	16
2.10 Medidas de Indução de Interação com a Educação Básica ou outros Setores da Sociedade.....	18
2.11 Visão da Área sobre Formas Associativas	19
2.12 Visão da Área sobre Mecanismos de Solidariedade (Minter/Dinter e Turma Fora de Sede)	20

1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO DA ARTE DA ÁREA

1.1 Tendências, Apreciações, Orientações

A área de Comunicação e Informação (31), anteriormente denominada 'Ciências Sociais Aplicadas I', é constituída pelas seguintes áreas básicas: Comunicação, Ciência da Informação e Museologia, abrange programas de Pós-Graduação em Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Comunicação, Jornalismo e Museologia.

Esta área diz respeito a fenômenos centrais da sociedade contemporânea e tem um importante papel junto à sociedade brasileira na produção de conhecimentos e na formação acadêmica de profissionais e pesquisadores, no sentido de propiciar uma percepção mais ampla da realidade e mobilizar práticas criativas e inovadoras. O volume de dados, informações e conhecimentos produzidos em distintos ambientes, com diferentes finalidades e usos, influem nos processos de investigação e evidenciam a importância do humano nesse contexto. A rede, as mídias, os fluxos e os processos informacionais edificam uma nova sociedade e constituem problemáticas e objetos de estudo instigantes e inovadores. A Era Digital e as transformações tecnológicas vivenciadas induzem novos campos do saber e impõem novos temas aos pesquisadores da área, abrangendo desde as notícias falsas (*fake news*) até a Ciência aberta. Os novos padrões interativos, o acesso à informação, o direito ao sigilo da informação pessoal, a desinformação, a contrainformação, dentre outros aspectos que fazem parte do cotidiano da sociedade, constituem alguns dos múltiplos desafios a serem respondidos.

Considera-se que a comunicação e a informação são elementos de empoderamento do indivíduo e se abrem para as possibilidades de emancipação social. Entretanto, estes elementos, em geral, não estão acessíveis a determinadas camadas sociais, dificultando a reflexão e a crítica sobre fatos e situações vivenciadas na realidade. A inclusão digital torna-se necessária e não prescinde da competência em informação, sem a qual o cidadão comum resulta fragilizado e excluído de oportunidades, agravando a desigualdade social.

Nessa perspectiva, as apreciações sobre a área evidenciam a responsabilidade acadêmico-científica de seu corpo de pesquisadores e pesquisadoras no sentido de responder às novas problemáticas sociais, envolvendo de modo multi/pluri, inter e/ou transdisciplinar, áreas correlatas que contribuam para a compreensão de fenômenos sociais contemporâneos. A área de Comunicação e Informação está imbricada ao conjunto das dinâmicas da vida contemporânea em seus aspectos políticos, econômicos, culturais e de sobrevivência física, configurando-se em um desafio real para a formação de novos pesquisadores nesses campos do conhecimento.

1.2 Diagnóstico da Área

A Área 31, Comunicação e Informação, a despeito de constituir um campo de conhecimento e pesquisa cuja consolidação é relativamente recente, experimentou uma forte expansão nas últimas décadas, particularmente nos Anos 2000. Este crescimento reflete a tendência

concomitante de expansão da pós-graduação no Brasil, atendendo também as características específicas destes campos. As transformações e a onipresença dos fenômenos midiáticos, bem como a dinâmica de informações e imagens que lhe correspondem, exigem um movimento de entendimento e de capacitação permanente por parte de pesquisadores e profissionais da Área. Esse movimento vem provocando uma correspondente expansão dos cursos de graduação na área, particularmente no que diz respeito à Comunicação e suas habilitações, assim como o amadurecimento e multiplicação dos grupos de pesquisa em Comunicação e Informação. Tais dinâmicas impactam e refletem na ampliação dos Programas de Pós-Graduação da Área, como pode ser verificado na Tabela 1.

Tabela 1: Programas e Cursos da Área de Comunicação e Informação - 2018.

Áreas Básicas	Total de Programas de Pós-Graduação						Total de Cursos de Pós-Graduação					
	Total	ME	DO	MP	DP	ME/DO	MP/DP	Total	ME	DO	MP	DP
Ciência da Informação*	28	7	1	8	0	12	0	40	19	13	8	0
Comunicação	57	15	0	10	0	32	0	89	47	32	10	0
Museologia	6	3	0	2	0	1	0	7	4	1	2	0
Total Geral	91	25	1	20	0	45	0	136	70	46	20	0

* **Incluindo:** Arquivologia; Biblioteconomia; Gestão da Informação; Gestão da Informação e do Conhecimento; Gestão e Organização do Conhecimento; Gestão de Documentos e Arquivos; Memórias e Acervos; Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento.

Fonte: Plataforma Sucupira (2018).

Verifica-se uma expansão quantitativa de programas (Tabela 2) nas distintas regiões do País e um variado perfil de qualificação dos diferentes cursos. Vale destacar que os dados apresentados são oriundos dos próprios documentos de Área, da Plataforma Sucupira, ano 2018, de outras bases de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Tabela 2: Expansão da Área de Comunicação e Informação – 2009/2018.

Áreas Básicas	2009	%	2013	%	2018	%
Ciência da Informação*	12	23,08%	23	25,84%	40	29,41%
Comunicação	39	75%	63	70,79%	89	65,44%
Museologia	1	1,92%	3	3,37%	7	5,15%
Total	52	100%	89	100%	136	100%

* **Incluindo:** Arquivologia; Biblioteconomia; Gestão da Informação; Gestão da Informação e do Conhecimento; Gestão e Organização do Conhecimento; Gestão de Documentos e Arquivos; Memórias e Acervos; Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento.

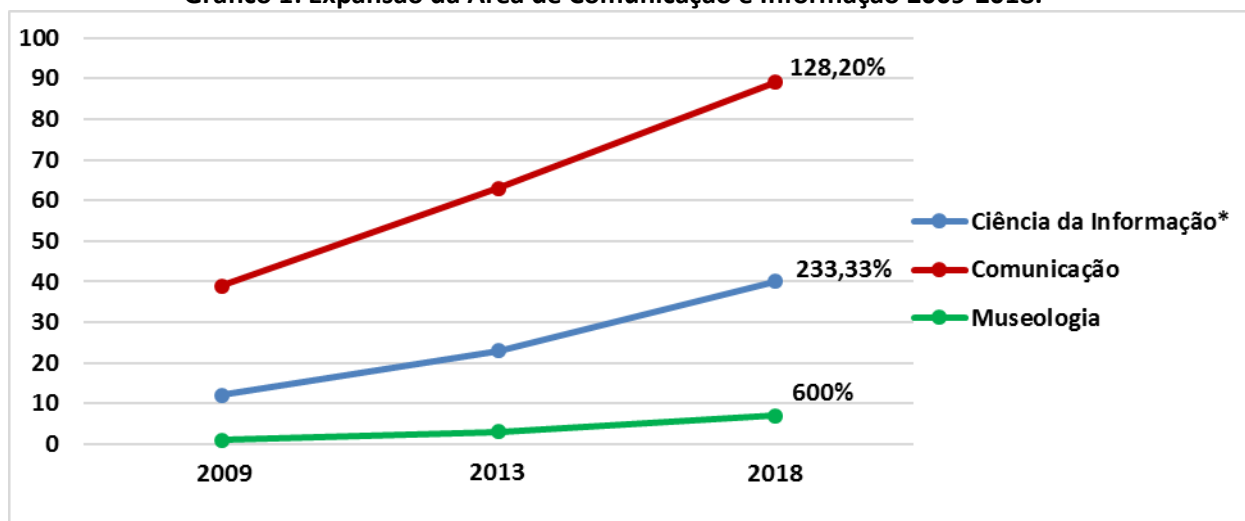
Fonte: Documento de Área (2009); Documento de Área (2013); Plataforma Sucupira (2018).

Observa-se significativo crescimento da Área entre os anos de 2009 e 2018 (Gráfico 1), pois em 2009 a Área contava com apenas 52 (cinquenta e dois) cursos e em 2018 conta com 136 (cento e trinta e seis) cursos de Doutorado (DO), Mestrado Acadêmico (ME) e Mestrado

Profissional (MP), representando cerca de 1,98% do total de cursos de pós-graduação credenciados pela CAPES em 2018, que totalizam 6.872 (seis mil oitocentos e setenta e dois).

O referido crescimento ocorreu nas três áreas básicas a partir de 2009 (Gráfico 1), sendo que o campo da Comunicação expandiu seu número de programas em 128,20%, a Ciência da Informação cresceu 233,33% e a Museologia 600%.

Gráfico 1: Expansão da Área de Comunicação e Informação 2009-2018.



* Incluindo: Arquivologia; Biblioteconomia; Gestão da Informação; Gestão da Informação e do Conhecimento; Gestão e Organização do Conhecimento; Gestão de Documentos e Arquivos; Memórias e Acervos; Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento.

Fonte: Documento de Área (2009); Documento de Área (2013); Plataforma Sucupira (2018).

Destaca-se que um dos elementos de sustentação deste crescimento no último quadriênio, refere-se à criação de mestrados profissionais. Atualmente, dos 136 (cento e trinta e seis) cursos da Área, 20 (vinte) são profissionais, dos quais 8 (oito) são da Ciência da Informação, 10 (dez) da Comunicação e 2 (dois) da Museologia (Tabela 3).

Tabela 3: Expansão de Cursos Profissionais (MP) da Área de Comunicação e Informação – 2009/2018.

Áreas Básicas	2009	%	2013	%	2018	%
Ciência da Informação*	1	100%	4	80%	8	40%
Comunicação	0	-	1	20%	10	50%
Museologia	0	-	0	-	2	10%
Total	1	100%	5	100%	20	100%

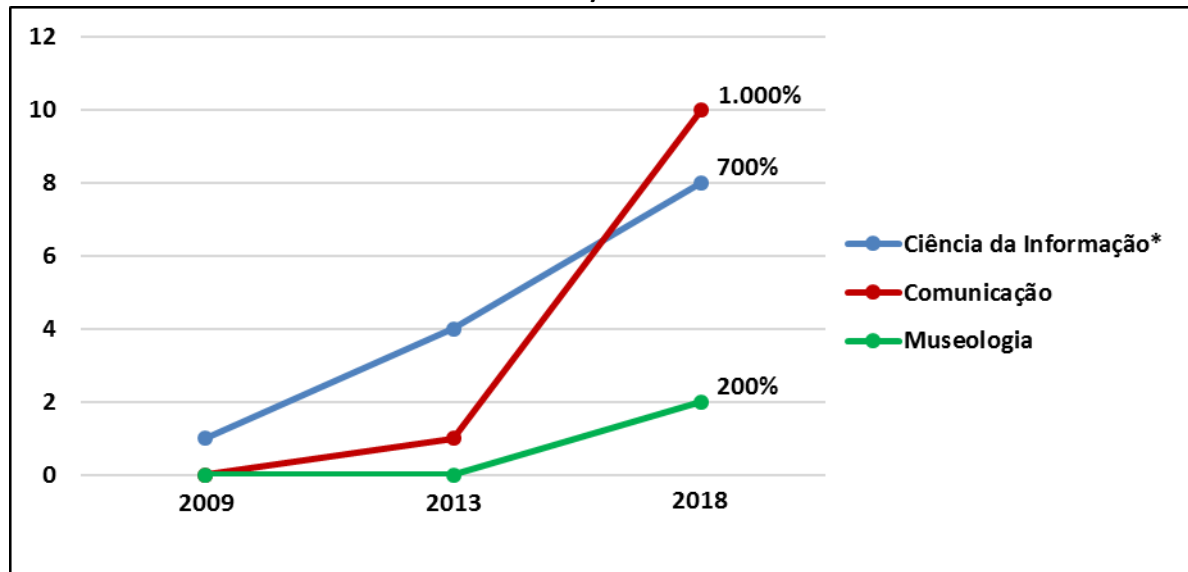
* Incluindo: Arquivologia; Biblioteconomia; Gestão da Informação; Gestão da Informação e do Conhecimento; Gestão e Organização do Conhecimento; Gestão de Documentos e Arquivos; Memórias e Acervos; Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento.

Nota: A Área 31, até o presente momento, possui apenas cursos profissionais em nível de mestrado.

Fonte: Documento de Área (2009); Documento de Área (2013); Plataforma Sucupira (2018).

Observa-se significativo crescimento dos cursos profissionais entre os anos de 2009 e 2018 (Gráfico 2), pois em 2009 a Área contava com apenas 1 (um) curso e em 2018 conta com 20 (vinte) cursos de MP, representando cerca de 14,7% do total de cursos da Área de Comunicação e Informação.

Gráfico 2: Expansão de Cursos Profissionais (MP) da Área de Comunicação e Informação – 2009/2018.



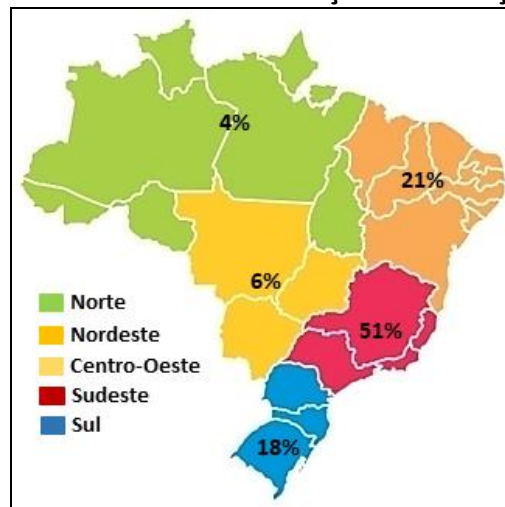
* **Incluindo:** Arquivologia; Biblioteconomia; Gestão da Informação; Gestão da Informação e do Conhecimento; Gestão e Organização do Conhecimento; Gestão de Documentos e Arquivos; Memórias e Acervos; Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento.

Nota: A Área 31, até o presente momento, possui apenas cursos profissionais em nível de mestrado.

Fonte: Documento de Área (2009); Documento de Área (2013); Plataforma Sucupira (2018).

No que tange à distribuição regional, a Área 31 reduziu as assimetrias regionais. Entretanto, o Gráfico 3 revela que estas ainda são significativas, visto que mais da metade dos cursos são ofertados na Região Sudeste do País.

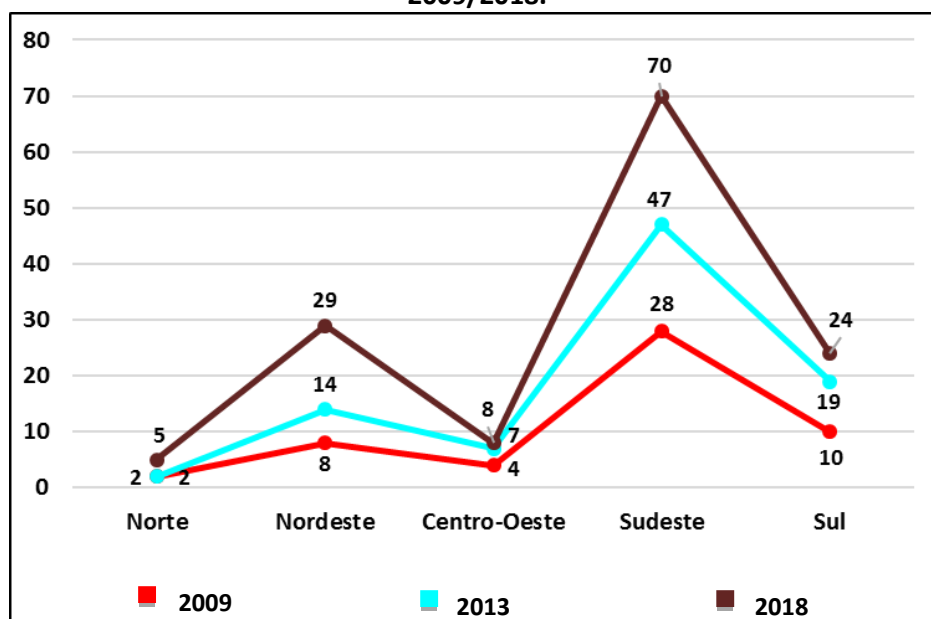
Gráfico 3: Distribuição de Cursos da Área de Comunicação e Informação por Região do País - 2018.



Fonte: Plataforma Sucupira (2018).

Vale destacar o significativo crescimento de cursos da Área 31, entre os anos de 2009 e 2018, em todas as regiões do País (Gráfico 4). Na Região Norte do País a Área contava com apenas 2 (dois) cursos em 2009 e em 2018 conta com 5 (cinco); a Região Nordeste possuía 8 (oito) cursos em 2009 e, atualmente, passou a ter 29 (vinte e nove); a Região Centro-Oeste contava com 4 (quatro) cursos em 2009 e passou a ter 8 (oito) cursos em 2018; a Região Sudeste possuía 28 cursos em 2009 e passou a ter 70 (setenta) em 2018; a Região Sul contava com 10 (dez) cursos em 2009 e, atualmente, conta com 24 (vinte e quatro) cursos.

Gráfico 4: Expansão de Cursos da Área de Comunicação e Informação por Região do País – 2009/2018.



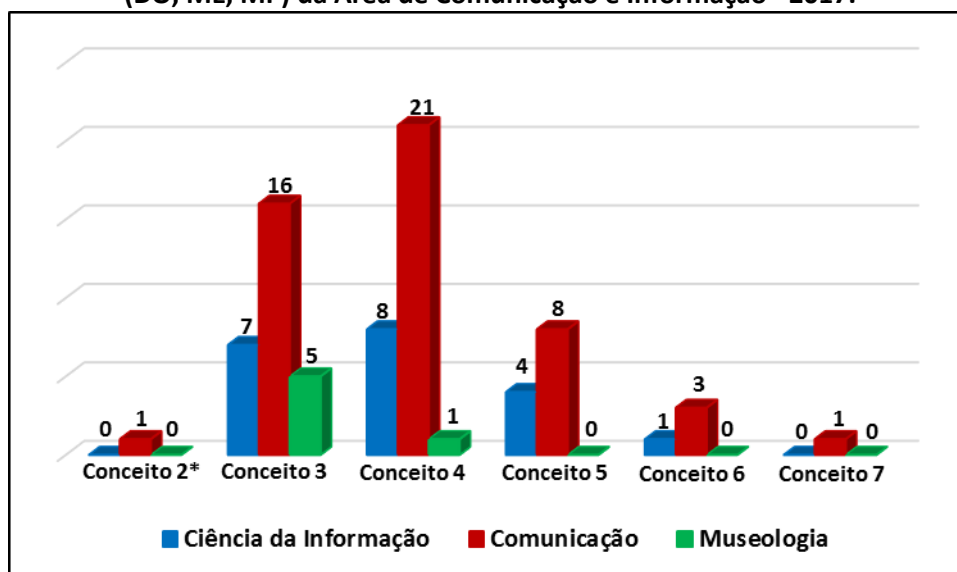
* Incluindo: Arquivologia; Biblioteconomia; Gestão da Informação; Gestão da Informação e do Conhecimento; Gestão e Organização do Conhecimento; Gestão de Documentos e Arquivos; Memórias e Acervos; Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento.

Fonte: Documento de Área (2009); Documento de Área (2013); Plataforma Sucupira (2018).

A distribuição dos conceitos atribuídos aos programas (DO, ME, MP) da Área 31 na última Avaliação Quadrienal evidencia que vários cursos são novos, uma vez que cerca de 76,3% destes situam-se entre os conceitos 3 (três) e 4 (quatro), revelando que a Área vem crescendo e tem trabalhando para consolidar a formação no âmbito da pós-graduação. Conforme mencionado anteriormente, os cursos profissionais representam uma parcela significativa da atribuição dos conceitos 3 (três) e 4 (quatro) na última Avaliação Quadrienal, visto que em 2013 havia apenas 5 (cinco) e em 2018 há 20 (vinte) cursos profissionais.

O Gráfico 5 apresenta a distribuição dos conceitos por área básica na última Avaliação Quadrienal, sendo que do total de 76 (setenta e seis) programas avaliados, 28 (vinte e oito) programas (36,8%) destes receberam o conceito 3 (três); 30 (trinta) programas (39,5%) o conceito 4 (quatro); 12 (doze) programas (15,8%) o conceito 5 (cinco); 4 (quatro) programas (5,3%) o conceito 6 (seis); e apenas 1 (um) único programa de Comunicação (1,3%) recebeu o conceito 7.

Gráfico 5: Conceitos Atribuídos na Avaliação Quadrienal aos Programas (DO, ME, MP) da Área de Comunicação e Informação - 2017.

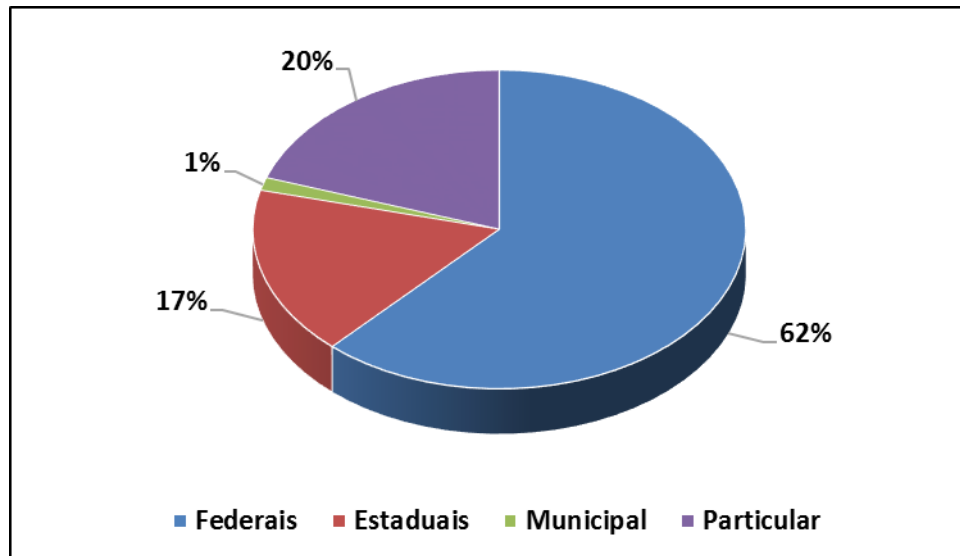


* Conceito 2*: Programa de Comunicação que finalizará a formação dos discentes em curso.
Fonte: Resultado da Avaliação Quadrienal¹ (2017).

A distribuição dos cursos da Área 31, conforme dados da última Avaliação Quadrienal, demonstra que a maior parte é ofertada em instituições públicas federais (62%); 17% em instituições públicas estaduais; e 20% em instituições privadas. Do total, apenas 1% é ofertado em instituição pública municipal.

¹ Disponível em: <http://avaliacaoquadrienal.capes.gov.br/resultado-da-avaliacao-quadrienal-2017-2>. Acesso em: 21 jan. 2019.

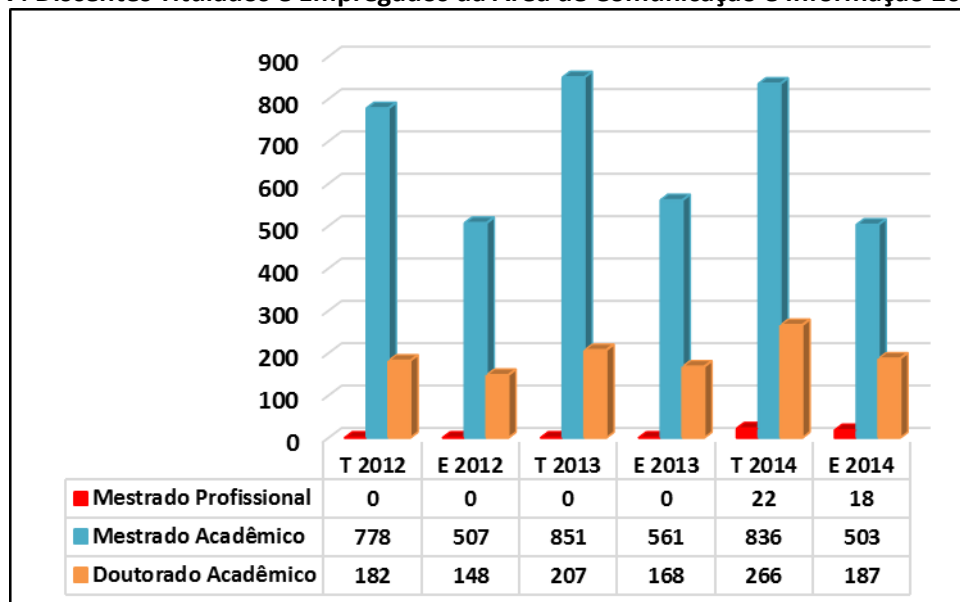
Gráfico 6: Distribuição de Cursos da Área de Comunicação e Informação por Tipo de Instituição - 2017.



Fonte: Resultado da Avaliação Quadrienal (2017).

No que tange à relação entre titulação e atuação profissional, vale destacar que em 2014 foram titulados 836 mestres (ME) e, destes, 38% foram empregados. Em relação ao doutorado, 266 discentes foram titulados e, destes, 41% foram empregados.

Gráfico 7: Discentes Titulados e Empregados da Área de Comunicação e Informação 2012/2014.



Legenda: T – Titulado / E – Empregado.

Fonte: Coleta Capes 1996-2012; Plataforma Sucupira 2013-2014; RAIS 2014; Elaboração CGEE.

São 300 (trezentas) as áreas de concentração e 664 (seiscentos e sessenta e quatro) as linhas de pesquisa que a Área abrange. Dos 7.597 (sete mil, quinhentos e noventa e sete) projetos

de pesquisa desenvolvidos pelos programas, 2.854 (dois mil, oitocentos e cinquenta e quatro) possuem financiamento².

A Área congrega 4.621 (quatro mil, seiscentos e vinte e um) docentes dos quais 3.729 (três mil, setecentos e vinte e nove) são permanentes, 771 (setecentos e setenta e um) são colaboradores e 121 (cento e vinte um) são visitantes².

Até 2017, foram defendidas 636 (seiscentos e trinta e seis) dissertações, das quais 273 (duzentas e setenta e três) com bolsas. Em relação às teses, foram defendidas 269 (duzentas e sessenta e nove), das quais 65 (sessenta e cinco) com bolsas. No que tange à produção docente, foram publicados 7.472 (sete mil, quatrocentos e setenta e dois) artigos de periódicos; 1.828 (hum mil, oitocentos e vinte e oito) livros; 6.076 (seis mil, e setenta e seis) capítulos de livros; e 7.596 (sete mil, quinhentos e noventa e seis) trabalhos completos publicados em anais de eventos. Quanto à produção discente, foram publicados 4.975 (quatro mil, novecentos e setenta e cinco) artigos de periódicos; 629 (seiscentos e vinte e nove) livros; 3.131 (três mil, cento e trinta e um) capítulos de livros; e 9.873 (nove mil, oitocentos e setenta e três) trabalhos completos publicados em anais de eventos².

1.3 A Interdisciplinaridade na Área

Os processos comunicativos, a produção, circulação, consumo e armazenamento de informações são fenômenos que atravessam as diferentes esferas da vida social e interpelam as várias ciências. Ao mesmo tempo, o avanço e especialização desses processos, dos dispositivos e comportamentos que lhes correspondem, os efeitos e consequências que deles decorrem propiciaram e demandaram, no mesmo movimento, a constituição de saberes específicos e de novas áreas de conhecimento. Desta maneira, as diferentes demandas do fazer comunicativo e informacional, bem como as diversidades regionais exigem formação plural dos profissionais que atuam nessas áreas.

Tais dinâmicas tanto conformaram a origem interdisciplinar dos campos – Comunicação e Informação – como vieram configurar um terreno de permanente abertura e interface com outras áreas de conhecimento. Assim, a multi/pluri, inter e transdisciplinaridade são características que acompanham – sem desfigurar – a identidade da Área.

Nesta perspectiva, a formação de pesquisadores na Área deve contemplar a permeabilidade e a porosidade do conhecimento, integrando saberes que contribuam para a compreensão de fenômenos complexos. No âmbito dos programas, é fundamental fomentar e implementar ações voltadas ao diálogo com outros campos científicos, tanto no que tange à constituição dos grupos e projetos de pesquisas de docentes e discentes quanto em relação às disciplinas ministradas, à realização de eventos, entre outras.

² Fonte: Resultado da Avaliação Quadrienal. Planilha de Indicadores (2017). Disponível em: <<http://avaliacaoquadrienal.capes.gov.br/home/planilhas-de-indicadores>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

A interlocução entre áreas é salutar e vai ao encontro da contemporaneidade; a Ciência de nossos dias ultrapassa a fragmentação e excessiva especialidade dos campos científicos nos seus momentos fundadores e se vivifica por meio das possibilidades de trocas e interações, sem perder de vista as especificidades de cada um. O compartilhamento de conhecimentos enriquece as reflexões e as práticas de investigação, fortalece o que é específico de cada campo e, ao mesmo tempo, demonstra as possíveis contribuições para a compreensão de problemas complexos que não podem mais ser resolvidos em um único campo científico.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O FUTURO DA ÁREA

2.1 Inovações, Transformações e Propostas

A Área de Comunicação e Informação está sujeita às inovações e transformações inerentes aos seus próprios objetos de pesquisa. Nesse sentido, a Área valoriza que os programas e as propostas submetidas observem tanto a dimensão permanente dos fenômenos infocomunicacionais quanto as inovações e transformações subjacentes aos seus objetos de pesquisa.

A Área tem observado que os fluxos comunicacionais e informacionais, bem como as instituições de memória (arquivos, bibliotecas, museus e memoriais), sofrem transformações de forma particular na distinção entre o analógico e o digital.

Como decorrência lógica, a Área observa tanto as dimensões de permanência quanto as dimensões das inovações e transformações que se materializam a partir de grandes temas de pesquisa, a saber: *big data* (grandes volumes de dados – sistemas/modos de visualizações de dados – bases de dados – métricas – ciência de dados – ciência aberta – web semântica); Comunicação, jornalismo, democracia e modos contemporâneos de participação em debates de interesse público (engajamento – processos de deliberação); Comunicação, informação, museologia (impacto na formação e implementação de políticas públicas – transparência e governança); Redes sociais (comunicação e práticas interativas – colaboração – ambientes colaborativos – fluxos informacionais e desinformação); Comunicação, informação e desenvolvimento (redução de desigualdades e assimetrias); Comunicação, informação e patrimônio (cultura e patrimônio – salvaguarda de patrimônio – modos digitais de preservação e acesso ao patrimônio – memória – curadoria digital); Comunicação, entretenimento e indústria criativa; Arte, cultura e conhecimento; Cultura informacional e competência em informação; Práticas e políticas do audiovisual (cinema – rádio – TV); Políticas da imagem (construção de imagem pública); Comunicação e jornalismo; Comunicação e informação para a cidadania; Políticas da comunicação e informação; Comunicação e informação nas organizações; Gestão da informação e do conhecimento; Organização e Recuperação da Informação e Humanidades Digitais.

2.2 Planejamento dos PPGs da área no contexto das instituições de ensino superior

Espera-se que o planejamento do programa de pós-graduação esteja articulado com o planejamento da instituição, com vistas à gestão do seu desenvolvimento futuro, adequação e melhorias da infraestrutura, formação discente e produção do conhecimento. Neste âmbito, considera-se como relevante o conjunto de sete aspectos, a saber:

O primeiro aspecto é o alinhamento do planejamento estratégico do programa com o planejamento institucional, em especial ao da Pró-Reitoria de Pós-Graduação. O segundo é a demonstração da capacidade de planejamento e inovação do programa em relação aos desafios futuros relacionados à formação discente e à qualificação do conhecimento gerado.

O terceiro diz respeito às melhorias e/ou inovações implementadas, visando à formação discente e à disseminação do conhecimento gerado. O quarto é a infraestrutura voltada ao desenvolvimento do ensino e da pesquisa. O quinto refere-se aos recursos de informática e acesso à rede Internet. O sexto, por sua vez, tem a ver com a infraestrutura informacional provida por bibliotecas, recursos bibliográficos, acesso a periódicos etc. Por fim, o sétimo aspecto refere-se ao espaço físico e suporte administrativo específico.

É relevante notar que a autoavaliação continuada do programa de pós-graduação também deve ser alvo do seu planejamento.

2.3 Adoção da autoavaliação como parte da avaliação dos PPGs

A Área entende que autoavaliação é um processo avaliativo definido e autogerido pela comunidade acadêmica, sendo uma estratégia complementar para garantir a qualidade na avaliação. Nos programas, considera-se autoavaliação como um processo do programa avaliar a si próprio, considerando o planejamento do programa de pós-graduação e os quesitos de avaliação constantes do Documento de Área – CAPES.

Para operacionalizar a autoavaliação, torna-se necessário:

a) Preparação: Constituir uma comissão, eleita pelo Colegiado do Programa, com o objetivo de planejar a autoavaliação (definir os princípios da autoavaliação adotados pelo programa, definir os aspectos a serem avaliados e que irão representar a qualidade do programa, definir as abordagens da avaliação, definir os critérios de avaliação e a escala a ser adotada, definir os usos dos resultados e definir a periodicidade de coleta de dados).

Elaborar um projeto de autoavaliação contendo: objetivos, estratégias, método (técnicas, instrumentos, formas de análise e frequência de coleta de dados), cronograma, recursos, equipe, formas de disseminação dos resultados e monitoramento do uso dos resultados.

b) Implementação: A comissão deve tomar medidas que assegurem que a autoavaliação atinja os seus objetivos, tais como: aprovar o projeto no colegiado do programa e divulgá-lo, tornando explícito quem, o quê e como será avaliado.

c) Divulgação e uso dos resultados: A comissão de autoavaliação de cada programa elaborará um relatório a partir dos dados coletados e analisados e deve apresentá-lo por

meio de reuniões, de maneira a traçar metas futuras. Além disso, os resultados deverão ser informados nos relatórios anuais para a CAPES.

d) Meta-avaliação: A comissão poderá, sempre que necessário, e com aprovação do Colegiado do programa, revisar a política e os procedimentos de autoavaliação.

2.4 Perspectivas de Impacto dos PPGs da Área na Sociedade

A Área entende que a qualidade dos programas não se restringe à sua coerência interna e indicadores de produção, mas diz respeito, sobretudo, à sua capacidade de incidir de forma positiva na vida da sociedade. Esta incidência deve ser medida pelos seguintes aspectos:

a) Impacto social: formação de recursos humanos qualificados para a administração pública, o setor privado e o Terceiro Setor, que possam contribuir para o aprimoramento da gestão, da transparência, da governança, da cidadania e do desenvolvimento social.

b) Impacto educacional: desenvolvimento de propostas pedagógicas inovadoras que propiciem a melhoria da educação, na esfera do ensino fundamental, médio e superior ou do ensino técnico/profissional; gestão da informação e do conhecimento, promoção da cultura informacional e das competências em informação.

c) Impacto tecnológico: contribuição para a pesquisa e a inovação tecnológica no âmbito local, regional, nacional e/ou internacional, por meio do pioneirismo na investigação da cultura digital, na produção e análise de bases de dados, novos aparatos e formatos comunicacionais, análise da influência das novas tecnologias nas práticas democráticas e nos processos políticos contemporâneos.

d) Impacto econômico: contribuição para o aprimoramento dos processos comunicacionais nas organizações públicas e privadas, aumentando sua eficácia econômica. Incremento das indústrias criativas, do setor do entretenimento, das práticas e das políticas do audiovisual e das novas mídias.

e) Impacto para a área de saúde pública: contribuição para a formação de pessoal qualificado para a concepção e a execução de campanhas públicas de saúde e gestão de informações estratégicas na área da Saúde.

f) Impacto cultural: formação de pessoal qualificado para a formulação de políticas culturais, o fomento de novos modos de participação em debates de interesse público, curadoria, preservação e disseminação da memória e do patrimônio cultural.

g) Impacto artístico: formação de pessoal qualificado para a produção artística; formulação de propostas, práticas e obras inovadoras.

2.5 Perspectivas do Processo de Internacionalização dos PPGs

As instituições de ensino superior brasileiras definiram como uma de suas estratégias de médio prazo promover a internacionalização institucional, visando obter maior visibilidade científica e tecnológica. Neste intuito, os programas de pós-graduação da Área 31 também têm planejado ações que vão ao encontro desta meta.

A internacionalização apresenta-se como um desafio, visto que exige uma articulação das próprias instituições, de recursos financeiros e de seu corpo docente e discente, no intuito de promover a interação com pesquisadores de outros países, visando o desenvolvimento de projetos colaborativos e parcerias para a publicação e orientação conjunta.

A internacionalização deve perpassar o tripé ensino, pesquisa e extensão, de modo a congregiar atividades voltadas a ministrar disciplinas em programas estrangeiros, bem como receber docentes estrangeiros; desenvolver projetos de pesquisa e extensão em parceria, em especial solicitar fomento em agências e organismos internacionais, abrangendo dois ou mais países, almejando a publicação dos resultados das parcerias em periódicos internacionais, bem como em livros envolvendo os docentes e discentes participantes. Além disso, os programas que possuem periódicos científicos precisam aproveitar as referidas parcerias para que os pesquisadores estrangeiros publiquem suas pesquisas individuais nos periódicos vinculados aos programas. Os PPGs necessitam se programar por meio de editais internos, no intuito de distribuir seus recursos para que docentes e discentes realizem estágios no exterior de curta, média e longa duração; pós-doutorado; doutorado em cotutela e dupla titulação; doutorado sanduíche, entre outras atividades.

Os *sites* ou páginas dos programas devem estar em pelo menos três idiomas (Português, Inglês e Espanhol). Da mesma maneira, os editais de seleção (doutorado, mestrado, pós-doutorado, entre outros) devem ser elaborados nesses idiomas de modo a propiciar que candidatos estrangeiros participem dos processos seletivos.

2.6 Perspectivas de Redução de Assimetrias Regionais e Intrarregionais

Os cursos atualmente em vigência devem contribuir com outros cursos iniciantes ou por se iniciar, em áreas não cobertas por programas da Área. Tal ação tem como interesse básico a redução da assimetria do número de cursos entre as diversas regiões do país.

Esse processo dar-se-á por ações específicas e que denotam a responsabilidade da Área como um todo em relação à formação de docentes e ao fomento do desenvolvimento de pesquisas que tenham os objetos da área como foco. O impacto dessas ações envolve, dentre outros, o incentivo ao intercâmbio de docentes entre programas e instituições; a criação e manutenção de grupos e redes de pesquisa; atividades docentes e de pesquisa relacionadas à área de conhecimento, realizadas nos locais que necessitam de apoio com vistas ao seu desenvolvimento. Além disso, é possível assessorar a construção de propostas, a criação de programas, envolvendo estrutura curricular, regimento, legislação pertinente, linhas e projetos de pesquisa, corpo docente, processo de seleção, dentre outros itens; associações entre IES para a oferta de cursos de mestrado e de doutorado; participação em

projetos de cooperação entre programas com níveis distintos de consolidação, objetivando a inovação na pesquisa ou o desenvolvimento da pós-graduação em regiões ou sub-regiões geográficas com baixa oferta de cursos de mestrado e doutorado.

Nesse sentido, a redução de desigualdades e assimetrias deve envolver editais que facilitem a atuação de professores visitantes ou outros; a participação em programas como DINTER/MINTER, Programas Nacionais de Cooperação Acadêmica (PROCAD) e similares; intercâmbios de várias naturezas; cooperação e colaboração entre entidades governamentais e organizações civis em projetos que visam o desenvolvimento econômico, social e político, a defesa e a promoção da cidadania; a organização de eventos científicos e as atividades acadêmicas, científicas e culturais desenvolvidas em associação com outros programas de pós-graduação; a criação de publicações conjuntas bem como a organização de eventos acadêmicos, projetos de extensão e intercâmbio de docentes.

Considera-se também importante a contribuição de programas já consolidados, em ações e instituições de outras localidades, em conjunto com programas ainda recentes, presentes na região. Essa ação conjunta capacita tais programas recentes a atuarem sozinhos em demandas futuras.

2.7 Visão da Área sobre Fusão, Desmembramento e Migração de PPGs

A Área entende que a expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação demanda um olhar estratégico por parte da CAPES no que diz respeito à expansão do sistema. Se, por um lado, a sociedade percebe que ainda é preciso mudar o cenário das assimetrias regionais quanto à oferta de cursos nas diferentes regiões do país, por outro, é preciso que sejam desenvolvidos planejamentos estratégicos quanto à proposta e implementação de cursos novos. Tais planejamentos devem fazer parte da rotina das instituições e da CAPES.

Para as instituições, é fundamental que a proposta e implementação de cursos novos estejam ancoradas no planejamento estratégico da instituição, de modo a fomentar o devido desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação. Às instituições compete, ainda, evitar a sobreposição de cursos numa mesma área do conhecimento, seja pela oferta de vários cursos numa mesma área, ou a oferta de cursos semelhantes em áreas distintas, compreendendo a replicação de uma área já contemplada por programas da instituição.

À CAPES compete o estabelecimento de políticas quanto ao potencial de expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação, para a redução das assimetrias regionais, bem como para a oferta de cursos diversificados, tomando como referência questões como demografia, desenvolvimento regional e ausência de competências.

Em consonância com as normativas da CAPES, a Área não incentivará o desmembramento de programas, pois assim eles se organizarão de forma mais sistêmica e menos pulverizada. A Área entende que o desmembramento de programas fomenta a sobreposição de cursos de uma mesma área e na mesma instituição, o que não é recomendável.

A fusão é o processo pelo qual dois ou mais programas de pós-graduação *stricto sensu* em funcionamento se unem para a formação de um novo programa ou para integração de discentes, docentes, recursos e infraestrutura a um dos programas, extinguindo-se o programa que foi incorporado. É permitida a união de programas do mesmo nível e de níveis diferentes, desde que da mesma modalidade, acadêmico ou profissional.

O desmembramento é um processo em que um programa de pós-graduação *stricto sensu* em funcionamento tem a proposta, o quadro docente, os discentes e a infraestrutura subdivididos, seja para compor outro programa existente ou para criar um ou mais programas novos, desde que se mantenha, necessariamente, o programa original. Por isso, a Área analisará o desmembramento, no todo ou em parte, de curso ou de áreas de concentração ou de linhas de pesquisa do programa originário, desde que signifique uma melhor adequação das competências ou uma expansão da diversidade de cursos.

A migração é o processo no qual ocorre a transferência de um programa de pós-graduação *stricto sensu* em funcionamento de uma instituição para outra, mantendo necessariamente suas características. Por isso, a migração deverá ocorrer em todos os níveis do programa simultaneamente.

Todo o fomento - cota de bolsas e recursos financeiros - envolvido após as ações de fusão, desmembramento e migração é regido por normativas da CAPES.

2.8 Visão da Área sobre a Modalidade a Distância

A Área compreende que os cursos a distância não atendem de modo pleno às dinâmicas de formação e qualificação em alto nível, em especial, pela dificuldade de aproximação presencial entre a comunidade acadêmica (professor e estudante, orientador(a) e orientando(a), estudantes entre si, professores entre si e entre a comunidade acadêmica de modo geral), considerando fundamental a priorização dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade presencial. A ênfase nos cursos presenciais objetiva: fortalecer as relações cotidianas entre corpo docente e corpo discente no âmbito do ensino, pesquisa e orientação; propiciar sua inserção social (ações diversas e continuadas para promoção de impactos junto à sociedade); preconizar o uso da infraestrutura dos cursos mediante práticas constantes de cunho presencial; promover o incentivo cotidiano, permanente e colaborativo da produção intelectual de cunho bibliográfico, técnico e artístico.

2.9 Visão da Área sobre a Modalidade Profissional

A pós-graduação *stricto sensu*, nas modalidades de mestrado e doutorado profissionais, prima pela formação de profissionais qualificados para o exercício da prática profissional, visando ao atendimento das demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho; à produção e aplicação de conhecimentos para a sociedade; à adequação da formação profissional a diferentes tipos de entidades. Ela objetiva melhorar a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas por meio da solução de

problemas, da geração de processos de inovação e transformação social, contribuindo para agregar competitividade e ampliar a produtividade.

A modalidade dos mestrados e doutorados profissionais demanda particularidades e diferenças nos procedimentos de construção que envolvem os seguintes aspectos:

- a) Objetivos – indicar o alinhamento do programa à realidade de produção; buscar a aplicação de conhecimentos com vistas a solucionar problemas do cotidiano social e organizacional, sem perder o viés sistemático metodológico e técnico-científico;
- b) Corpo docente – o corpo docente permanente deve ser formado por doutores e doutoras e/ou mestres, profissionais e técnicos com efetiva experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e inovação, produção técnica, bibliográfica e/ou artística e reconhecida experiência profissional;
- c) Em relação à produção intelectual dos programas profissionais, consideradas as especificidades de cada PPG - serão avaliadas as modalidades: produção bibliográfica, técnica e artística, em estreita ligação com a(s) área(s) de concentração, linhas de pesquisa/atuação, disciplinas e projetos de pesquisa dos docentes. A área Comunicação e Informação utiliza indicadores do Qualis técnico/tecnológico para elencar aqueles produtos que mais se adequam ao seu campo profissional, dentro de cada uma de suas subáreas;
- d) Perfil do egresso – incentivar a qualificação de profissionais habilitados às práticas de pesquisa voltadas para organizações públicas e privadas em geral, visando perspectivas para solução de problemas de modo eficiente e eficaz, bem como promovendo possibilidades de aplicação de conhecimentos e inovação;
- e) Produto final – a formação profissional caracteriza-se pela produção de pesquisas aplicadas por meio do desenvolvimento de produtos. Recomenda-se para produto final de programas profissionais: **relatório técnico-científico seguido de produto; dissertação agregada com a formulação de um produto**. São indicados os seguintes tipos de produtos agregados para os trabalhos finais dos programas profissionais: patentes e registros de propriedade intelectual e de softwares, inclusive depósito de software livre em repositório reconhecido ou obtenção de licenças alternativas ou flexíveis para produção intelectual, desde que demonstrado o uso pela comunidade acadêmica ou pelo setor produtivo; desenvolvimento de aplicativos e materiais didáticos e instrucionais e de produtos, processos e técnicas; produção de programas de mídia; editoria; composições e concertos; relatórios conclusivos de pesquisa aplicada; manuais de operação técnica, protocolo experimental ou de aplicação ou adequação tecnológica; protótipos para desenvolvimento de equipamentos e produtos específicos; projetos de inovação tecnológica; produção artística; manuais, guias, cartilhas e tutoriais; outros formatos, de acordo com a natureza da área e a finalidade do curso;

f) Alinhamento da área de concentração, linha de pesquisa, estrutura curricular – proposição e promoção de práticas de ensino, pesquisa, orientação e de inserção social que fomentem as práticas profissionais adequadas à diversidade de organizações públicas e privadas;

g) Impacto social dos programas profissionais – aproximação com os diversos tipos de organizações públicas e privadas, assim como articulação das atividades do programa com a melhoria da educação em geral (ensino fundamental, médio e superior, ensino técnico e profissionalizante), para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino e prática profissional e de outros segmentos como o terceiro setor por meio de ações que envolvam a aplicação dos produtos e serviços, assessorias, consultorias, capacitações e treinamentos na área de atuação do programa e a realização de eventos produzidos pelo corpo docente e discente (incluindo os egressos).

Doutorado profissional

As características e expectativas que se tem em relação ao doutorado profissional configura uma tarefa de formação de profissionais altamente qualificados para a prática profissional avançada e transformadora de procedimentos.

Tem como objetivo atender demandas sociais, organizacionais e do mercado de trabalho no desenvolvimento científico e tecnológico, para além da carreira de pesquisador(a) e docente, além da construção partilhada de conhecimento para a sociedade por meio da solução inovadora de problemas. Busca ampliar a produção de pesquisas estratégicas e o desenvolvimento de setores produtivos e no setor de políticas públicas, atendendo demandas específicas e de arranjos produtivos com vistas ao desenvolvimento nacional, regional ou local.

Desse modo, tem-se por objetivo aproximar a pesquisa básica de compreensão dos fenômenos aos problemas concretos e à inovação. É uma dimensão da pesquisa científica em que a produção bibliográfica e técnica expressa um diálogo com a prática profissional.

O doutorado profissional na área diferencia-se do acadêmico na medida em que se vincula a pesquisa à sua aplicabilidade e à proposição de soluções para problemas do cotidiano social e organizacional. Em relação ao mestrado profissional distingue-se pelo escopo da situação problema ser mais abrangente; o programa de pesquisa é mais extenso; e a mobilização de recursos teórico-metodológicos apresenta maior complexidade.

Portanto, os doutorados profissionais precisam promover uma nova dinâmica de pesquisa aplicada à realidade social e organizações públicas e privadas, considerando um redimensionamento estratégico do produto final, objetivos do curso, perfil do egresso, alinhamento entre área de concentração, linhas de pesquisa e estrutura curricular.

2.10 Medidas de Indução de Interação com a Educação Básica ou outros Setores da Sociedade

As perspectivas de aproximação entre pós-graduação e educação básica tem se intensificado nos últimos anos, tendo em vista o desafiador compromisso junto à educação básica: induzir e fomentar a formação continuada de profissionais do magistério e a valorização dos processos formativos em todos os níveis e todas as modalidades de ensino.

Diante deste cenário, há várias possibilidades de interação entre pós-graduação e a educação básica a partir da Área de Comunicação e Informação.

Como ações, podem ser dimensionadas:

- a) Realização de qualificações como cursos, treinamentos e oficinas para os profissionais da educação básica;
- b) Execução de programas de atuação em rede entre instituições de educação superior e instituições de educação básica;
- c) Aplicabilidade de projetos propostos por professores/pesquisadores da pós-graduação alinhados com as necessidades da educação básica;
- d) Realização de eventos em parceria entre as pós-graduações e a educação básica;
- e) Proposição de prestação de serviços para satisfação de demandas e necessidades da educação básica;
- f) Outras ações de formação e aplicação de conhecimentos junto à educação básica.

Como campos temáticos podem ser elencados para interação entre pós-graduação e educação básica:

- a) Políticas de construção e execução de cultura, educação, leitura, comunicação e informação aplicadas à educação básica;
- b) Práticas de gestão da cultura, educação, leitura, comunicação e informação aplicadas à educação básica;
- c) Fomento ao uso de tecnologias da informação e comunicação;
- d) Desenvolvimento de práticas de mediação e competências infocomunicacionais;
- e) Desenvolvimento de fontes, recursos, serviços e produtos infocomunicacionais;
- f) Fomento a atividades de cultura, memória e patrimônio;
- g) Fomento a atividades de incentivo à pesquisa para o ambiente da educação básica, incluindo o desenvolvimento de trabalhos técnico-científicos e elaboração de projetos de pesquisa e operacionais.

2.11 Visão da Área sobre Formas Associativas

Os Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em formas associativas são oferecidos conjuntamente por duas ou mais instituições, públicas ou privadas que, de modo articulado e oficializado, criam e mantêm um programa com cursos de mestrado e/ou doutorado, com responsabilidade definida e compartilhada entre as associadas.

Por isso, os objetivos das formas associativas são: a) consolidar e expandir as áreas do conhecimento; b) reduzir as assimetrias territoriais; c) viabilizar programas em formação por meio da parceria com programas consolidados.

Neste sentido, a área incentiva a formação de programas por meio de associação uma vez que este mecanismo contribui para o seu fortalecimento e consolidação, observadas as normativas da CAPES, e evita a sobreposição de cursos em uma mesma área.

Em todos os casos de formas associativas, o regimento, a proposta do curso e os aspectos formais e operacionais do convênio firmado entre as instituições devem explicitar a forma e as condições de efetivação dessa associação. O regimento deve também detalhar que a proposta está em consonância e contempla normas e orientações próprias sobre a pós-graduação que possam existir em cada instituição envolvida.

2.12 Visão da Área sobre Mecanismos de Solidariedade (Minter/Dinter e Turma Fora de Sede)

Este item se alinha a propostas e considerações apresentadas em outros momentos, uma vez que a concepção de solidariedade está associada a várias outras ações desenvolvidas pelos Programas de Pós-Graduação.

Examina-se a capacidade de planejamento e inovação do Programa em relação aos desafios da formação e inserção discente, qualificação e internacionalização da pesquisa. Além desses aspectos, são ainda relevantes para a avaliação: o processo de seleção de alunos; os procedimentos de autoavaliação; os mecanismos de credenciamento expansão e credenciamento do corpo docente.

São consideradas na avaliação deste item ações de cooperação e formação, tais como: oferta de cursos de mestrado e doutorado interinstitucionais, em especial os destinados às IES localizadas em regiões carentes de mestres e doutores; associações entre IES para oferta de cursos de mestrado e de doutorado; participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos; participação em projetos de cooperação entre programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação na pesquisa ou o desenvolvimento da pós-graduação em regiões ou sub-regiões geográficas com pós-graduação ainda incipiente (atuação de professores visitantes); participação em programas como Dinter/Minter, Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD), Turmas fora de sede e similares.

Destaca-se aqui, especificamente, programas como o Dinter/Minter e o Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD). Nestes, a concepção de solidariedade está evidente, uma vez que a formação de novos mestres e doutores direciona-se exclusivamente para a região em que está inserido Instituição Receptora. Tanto o Dinter como o Minter, provavelmente, em suas origens, foram idealizados com o intuito de possibilitar a criação de novos Programas de Pós-Graduação, ampliando a oferta em locais que, sem o apoio dessa iniciativa, teriam dificuldades em implantá-los. Em igual medida, o PROCAD deve ser incentivado e passar a constar das ações propostas pelos Programas, uma vez que permite a relação de trabalhos entre instituições com experiência e outras ainda se constituindo.